

PROPOSTA DE AÇÃO PARA AS ESCOLAS DO CAMPO: O JOVEM COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Milena Barcellos¹;
Wagner Roberto Amaral².

RESUMO

A prática pedagógica realizada na Casa Familiar Rural de Santa Maria do Oeste (CFR), desenvolvida sob o olhar da pedagogia da alternância, busca aprimorar a integração com a realidade dos educandos através de um maior engajamento social e da possibilidade desta formação oportunizar aos jovens o pleno desenvolvimento destes para o exercício da cidadania, ou seja, para o alcance de condições de equidade social e econômica em seu meio. Neste contexto, a equipe da CFR tem buscado recursos e parcerias através de projetos e convênios, com objetivo de resgatar e afirmar o conhecimento pertinente à agricultura familiar, bem como proporcionar a difusão e adoção de manejos e técnicas agroecológicas. O objetivo deste artigo é o relato das experiências pedagógicas e de ação nas comunidades rurais dos jovens da CFR, na busca por uma formação humanizadora e pela atuação do jovem como Agente de Desenvolvimento Local Sustentável, a fim de motivar outras experiências similares relacionadas com a Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, Agroecologia, Políticas Pública

¹ Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Nova Tebas, e-mail: milena_barcellos@yahoo.com.br.

² Educador Orientador, Universidade Estadual de Londrina.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo têm representado, nos últimos anos, em nossa sociedade, uma possibilidade de educação mais democrática, direcionada para a realidade do jovem agricultor, considerando sua experiência e prática social no processo educativo (SILVA, 2006).

Dentre as diversas experiências neste contexto podemos destacar os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) baseados na *Pedagogia da Alternância*, que prioriza a formação através da alternância de períodos no meio educativo (escola) e sócio-profissional (família-comunidade) (BEGNAMI, 2004; SILVA, 2006).

Assim, as finalidades de um CEFFA são: a *Formação Integral e Personalizada* (Projeto de Vida) e o *Desenvolvimento do Meio* (social, econômico, humano e político). Para alcançar essas finalidades utilizam-se os seguintes meios: a *Alternância*, que representa uma metodologia pedagógica mais apropriada para unir a teoria à prática, e a *Associação Local*, representada pelas *famílias*, com suas iniciativas e responsabilidades no processo educativo, e a *comunidade*, representada pelas demais famílias da comunidade, instituições, organizações, lideranças, profissionais do meio, e demais sujeitos envolvidos direta ou indiretamente com o processo de formação do jovem (BEGNAMI, 2006; BRASIL/PRONAT/ARCAFAR SUL, 2010). Dessa forma, considera-se como os *quatro pilares* fundamentais dos CEFFAs: *Formação Integral, Desenvolvimento do Meio, Associação Local*³ e a *Alternância* (QUEIROZ, 2004; SILVA, 2006).

Esses quatro fundamentos dos CEFFAs devem ser desenvolvidos em perfeita sincronia e integração para se alcançar com sucesso o que já tem sido denominada de *educação cidadã*.

[...] Existe hoje, entre eles, a compreensão de que uma verdadeira alternância não sobrevive sem uma abertura da escola para o mundo exterior, orientada pela busca permanente de incorporar e reconstruir no processo de formação de alunos os conhecimentos historicamente criados e recriados nas lutas e vivências das famílias, de suas organizações e seus movimentos. É justamente essa articulação entre escola, famílias e contexto sócio-político que é a essência de uma alternância integrativa. Aliás, é a combinação do projeto de formação com a realidade das lutas e movimentos sociais que fornece sustentação ao princípio da alternância como instrumento de desenvolvimento do meio, evitando assim a reprodução de velhas falácias que atribuem à educação, por si só, a capacidade de realizar transformações sociais, de impedir o êxodo rural, de promover a melhoria das condições de

³ Também citada por alguns autores como *Associação de Famílias* (BEGNAMI, 2004; BEGNAMI, 2006; ZAMBERLAN, 2006)

vida do agricultor, entre outras, que acabam por reproduzir o velho discurso liberal em relação à função social da escola. (SILVA, 2006, p.21)

Dessa forma, o conceito de educação cidadã aponta para a idéia de formação de um ser sujeito de sua história, capaz de transformar sua realidade e influir participativamente do processo coletivo de construção do bem comum, ou seja, da construção coletiva de oportunidades de vida em torno das dimensões da sustentabilidade (BURGHGRAVE, 2006).

Neste contexto, o ciclo de aprendizagem na pedagogia da alternância prioriza a experiência como ponto de partida e de chegada no processo educativo, fundamentada na prática social dos sujeitos:

O ponto de partida deveria ser a experiência como primeira etapa do processo. Em seguida, vem a observação reflexiva. A experiência se torna formadora quando refletida e significada. Em terceiro, a abstração teórica e, em quarto as experimentações ativas e o avanço para novas experiências e abertura para novas aprendizagens. (BEGNAMI, 2006, p.35)

Assim, há de se considerar a importância da *Associação Local*, com a formação de uma rede de parceiros colaboradores do processo educativo, tratando-se de “um conjunto de co-formadores que interagem nos diversos espaços e tempos alternados”, de forma que, “nesta lógica, a alternância é uma pedagogia da parceria e da cooperação”, constituindo-se numa “pedagogia do ensino, pesquisa e extensão” (BEGNAMI, 2006, pp.37, 38 e 41), como ainda afirma Silva (2006, p.22),

[...] a construção de uma parceria autêntica no processo da formação em alternância é, portanto, um projeto que tem exigido esforços na superação de velhas representações, lógicas e práticas frente à escola e à educação.

A alternância integrativa tem como objetivo a formação integral do jovem, levando em consideração “todas as suas dimensões: individual, social, afetiva/emocional, intelectual, profissional, lúdica, psicológica, ética, ecológica, espiritual, política, econômica”, destacando-se neste processo a “formação para a participação, o engajamento social e o exercício da cidadania” (BEGNAMI, 2006, p.44).

A estrutura do projeto pedagógico dos CEFFAs entroniza a formação integral como pressuposto humanizador e o desenvolvimento local sustentável, com base na participação associativa, suporte de vida digna e significativa. (MANFIO, 2006, p.58)

Neste contexto, a pedagogia da alternância considera que o educando é um agente modificador de seu meio e não apenas um aluno. Assim, o jovem será fomentador do desenvolvimento sustentável na medida em que estiver “articulado com todas as forças sociais e estiver enraizado no modo de produção e reprodução da vida”, buscando levar o jovem “ao engajamento social a partir da participação concreta em grupos, entidades, movimentos, etc.”, e em atividades envolvidas na compreensão de sua realidade e na busca de soluções frente as reais necessidades sociais, ambientais, técnicas, políticas e humanas de seu meio (BEGNAMI, 2006 p.44 e p.45):

Os projetos de desenvolvimento devem estar permeados de valores educativos: da justiça social, da economia solidária, do respeito à natureza, da equidade de gênero, geração e etnia, da democracia participativa, etc. [...] Partindo das experiências sociais e profissionais que o(a) envolve, com um projeto educativo que dá sentido e o(a) acompanha na construção do seu projeto pessoal profissional. Não se trata de uma formação individualista, nem isolada, senão uma formação para a responsabilidade própria dentro de um contexto social concreto. Inserido em seu meio familiar e comunitário ele ou ela vai se tornando agente de desenvolvimento do mesmo.

A partir da prática pedagógica realizada na Casa Familiar Rural de Santa Maria do Oeste, desenvolvida sob o olhar da pedagogia da alternância, e buscando aprimorar a integração com o meio dos educandos através de um maior engajamento social pelos jovens, foi desenvolvido o Projeto *Resgate dos valores e princípios da produção agroecológica familiar a partir dos jovens da Casa Familiar Rural, utilizando os instrumentos da pedagogia da alternância*, através da parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Programa Universidade Sem Fronteiras, Subprograma *Apoio à Produção Agroecológica Familiar*.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é o relato das experiências pedagógicas e de ação nas comunidades rurais dos jovens da CFR, na busca por uma formação integral como Agentes de Desenvolvimento Sustentável em seu meio, pretendendo-se assim, motivar o desenvolvimento de experiências similares no âmbito da Educação do Campo. Acredita-se que os resultados obtidos a partir dessas experiências podem possibilitar o embasamento de Políticas Públicas direcionadas ao fortalecimento do Desenvolvimento Rural Sustentável, da Educação do Campo e da Agricultura Camponesa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Casa Familiar Rural de Santa Maria do Oeste (CFR) faz parte dos CEFFAs pertencentes a região sul do país e, dessa forma, organizados pela Associação das Casas Familiares Rurais (Arcafar-Sul). Está localizada na Comunidade Chapéu-do-Sol, município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, apresentando atualmente como região de abrangência, nove municípios dos Territórios⁴ Paraná Centro e Cantuquiriguaçu, sendo: Turvo, Boa Ventura do São Roque, Goioxim, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Palmital e Laranjal; e, Marquinho e Altamira do Paraná.

Em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), a CFR oferece a formação profissionalizante através do Curso Técnico em Agropecuária, para os jovens do meio rural, em sua maioria (em torno de 85%), filhos de micro e pequenos agricultores provenientes dos municípios atendidos.

O Território Paraná Centro abrange 17 municípios da área central do Estado e representa uma das regiões com o mais baixo IDH-M do Estado do Paraná, variando entre 0,640 e 0,743. A principal atividade observada é a produção leiteira da agricultura familiar. As micro e pequenas propriedades rurais compõem aproximadamente 70% do Território e 63% da população rural apresenta ocupação na agricultura familiar (PNUD, 2000). Esses municípios estão enquadrados como Região Prioritária I apontada no Plano Plurianual 2008 a 2011 do Estado do Paraná (PARANÁ, SEPL, 2007).

Neste contexto, a realidade de agricultura familiar nesses municípios é de baixa produção leiteira, áreas subutilizadas, e atividade agropecuária com problemas sérios de manejo. Aliado a esses aspectos são observados problemas graves de erosão dos solos, assoreamento de corpos d'água, inadequada preservação e manutenção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal, principalmente pela utilização insustentável das áreas para a produção agropecuária e florestal. Esta realidade converge para a desvalorização da agricultura familiar e desmotivação dos micro e pequenos produtores rurais, bem como dificuldades de organização desses produtores em associações. Segundo

⁴ Os Territórios da Cidadania é um programa criado pelo Governo Federal em 2008, a partir dos Territórios Rurais (programa desenvolvido desde 2003 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), que representa um conjunto de municípios unidos pelo mesmo perfil econômico e ambiental, e com identidade e coesão social e cultural. O objetivo principal do programa é a superação da pobreza, e geração de trabalho e renda no meio rural, a fim de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, Portal da Cidadania, 2010).

IAPAR (2003), 57,16% da população abaixo da linha da pobreza na região da Associação dos Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO) provêm de domicílios rurais (BARCELLOS, 2010). Muito similar a esta realidade nos municípios do Território Paraná Centro, encontram-se também os Municípios de Marquinho e Altamira do Paraná, pertencentes ao Território Cantuquiriguaçu.

A integração das características humanas e sócio-econômicas desta região, predispõem a necessidade de um trabalho de Educação do Campo sensível a esta realidade, de forma que a escola desenvolva o processo de formação do jovem para além dos seus limites, embasado na construção de conhecimentos que apresentem sentido em seu meio. Os instrumentos pedagógicos utilizados na Pedagogia da Alternância prevêm a realização de práticas e acompanhamentos à propriedade dos jovens, com objetivo de subsidiar o processo de ensino-aprendizagem baseado na realidade das famílias e das comunidades de trabalho.

Para a realização deste trabalho a equipe da CFR tem buscado recursos e parcerias através de projetos e convênios, com objetivo de resgatar o conhecimento pertinente à agricultura familiar, proporcionar a difusão e adoção de manejos e técnicas agroecológicas e possibilitar o aproveitamento dos jovens como agentes fomentadores do desenvolvimento rural sustentável em suas comunidades.

Durante os anos de 2009 e 2010, a CFR realizou o desenvolvimento do convênio firmado em 2009 com a Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para a execução do Projeto: *Resgate dos valores e princípios da produção agroecológica familiar a partir dos jovens da Casa Familiar Rural, utilizando os instrumentos da pedagogia da alternância*. O convênio previu recursos para a aquisição de equipamentos, material bibliográfico e custeio dos materiais e do combustível para as atividades práticas e de capacitação dos produtores nas comunidades de ação dos jovens estudantes da CFR.

O principal objetivo foi o de aliar o trabalho educacional realizado na CFR com uma estratégia de ação subsidiadora de futuras Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável, através da valorização do jovem em sua comunidade, da valorização da história, cultura e saberes camponeses e agroecológicos, e da assistência técnica direcionada à realidade de recursos, manejos, níveis tecnológicos, e potenciais de produção locais.

Foram realizadas reuniões, inicialmente em dezoito comunidades, com o desenvolvimento de práticas e palestras pelos jovens da CFR, bem como atividades de educação ambiental em duas escolas rurais.

3 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

3.1 DEFINIÇÃO DA AÇÃO

O projeto foi organizado em duas etapas distintas. A primeira foi desenvolvida durante o ano de 2009, com objetivo de sensibilizar as comunidades rurais para a observação dos problemas pertinentes à agricultura camponesa e soluções, de forma participativa, além de procurar motivar os produtores em relação à importância da organização comunitária. A segunda etapa, realizada em 2010, correspondeu ao desenvolvimento de palestras e oficinas práticas nas comunidades, bem como de educação ambiental nas escolas rurais.

As definições de ações de cada etapa foram determinadas de forma participativa, com a preocupação da equipe da CFR em não pré definir as ações, a fim de que houvesse o comprometimento de todos os sujeitos envolvidos: equipe da CFR, jovens, famílias e comunidades.

Dessa forma, o papel da equipe pedagógica da CFR, nesta primeira etapa, foi limitado ao trabalho de *monitor*, ou seja, ser mediador em discussões participativas e organizador das problemáticas e ações resultantes deste processo, buscando não influenciar na percepção de cada família e comunidade a respeito de sua realidade, e em suas decisões, a fim de que oportunizar a percepção de cada comunidade a respeito de sua autonomia na busca de soluções e alternativas viáveis para seus problemas.

A definição das ações do projeto teve início com a realização *Plano de Estudo*, cujo tema foi Organização Comunitária, que consiste em um instrumento da pedagogia da alternância, pelo qual é problematizado o tema e a partir de discussões participativas de todo o grupo, são definidas as ações e atividades a serem realizadas por cada jovem, juntamente com sua família, durante a alternância no meio sócio-profissional.

A problematização do Plano de Estudo foi o questionamento sobre o que é preciso para que as comunidades se tornem organizadas em associações de produtores realmente ativas. Os jovens citaram inúmeros aspectos relacionados ao tema, inclusive apresentando experiências negativas e positivas nas associações de suas comunidades rurais. Todos os relatos foram listados, com utilização da lousa, de forma que os participantes pudessem visualizar na totalidade o que estava sendo discutido.

É importante ressaltar que essas metodologias participativas são similares às técnicas e ferramentas utilizadas no processo de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), como definido por VERDEJO (2007):

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. (VERDEJO, 2007, p.12)

Utilizando-se a metodologia *Diagrama de Tortas ou Diagrama de Venn* (GEILFUS, 1997; VERDEJO, 2007), foi organizado um diagrama com três círculos concêntricos, de cores distintas, representando, do círculo central para o mais afastado, ações de curto prazo (prioridade imediata), médio prazo e longo prazo. No meio dos círculos foi desenhado um círculo pequeno denominado de *comunidade*. (Figura 1).

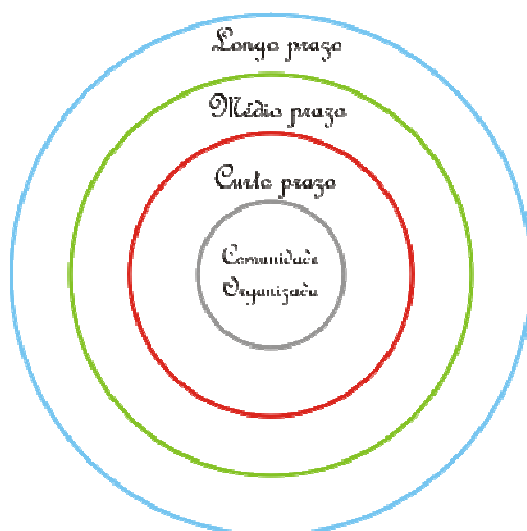


FIGURA 1. DESENHO ESQUEMÁTICO REPRESENTANDO O DIAGRAMA DE VENN UTILIZADO NO PROJETO.

Nos círculos, os jovens definiram em qual nível de prioridade deveria ser posicionada cada ação determinada na etapa anterior, e após a concordância do grupo, o diagrama foi sendo completado. A partir desta visualização, foi problematizado com o grupo em quais aspectos os jovens e suas famílias apresentavam autonomia para influir em suas melhorias, quais aspectos a própria organização da comunidade seria capaz de solucionar os problemas, e em quais aspectos as comunidades dependeriam de terceiros, tais como instituições públicas (prefeituras, institutos ou entidades de assistência técnica, etc), dentre outras.

A partir desses resultados, nasceu o trabalho metodológico e as ações a serem desenvolvidas nas comunidades rurais.

As comunidades a serem trabalhadas também foram definidas neste momento, inicialmente dezoito comunidades, sendo três no município do Turvo, uma no município de Pitanga, uma no município de Goioxim, seis no município de Palmital, duas no município de Laranjal e cinco no município de Santa Maria do Oeste.

Os jovens se organizaram em grupos por comunidades, ou comunidades próximas e afins, determinando qual seria o local para a primeira reunião e qual a área de abrangência de cada grupo. Além disso, foram definidos dentre todos, os jovens monitores responsáveis por subregiões (compostas por alguns grupos), e que estariam auxiliando os demais no desenvolvimento das atividades (Figura 2).

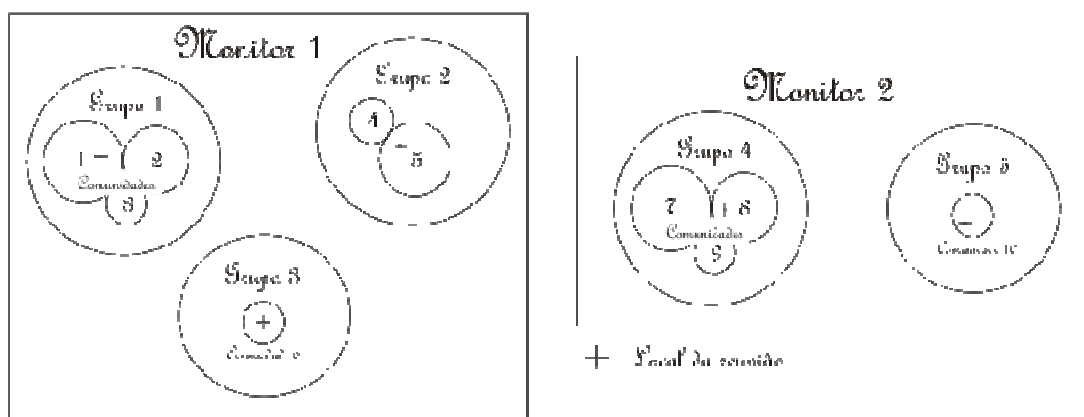


FIGURA 2. ESQUEMA REPRESENTATIVO DA DIVISÃO DAS COMUNIDADES EM GRUPOS E POR JOVEM MONITOR RESPONSÁVEL.

As atividades determinadas pelos jovens como possíveis de serem realizadas em cada comunidade de ação foram: reunião para o desenvolvimento do diagnóstico, palestras sobre temas diversos de interesse das comunidades, oficinas com atividades práticas e de educação ambiental. Os temas das palestras e das oficinas também foram pré-determinados pelos jovens neste momento, embora tenham sido confirmados a partir dos trabalhos com cada família dos jovens, e com o diagnóstico em cada comunidade.

Os jovens obtiveram como plano de estudo para ser realizado com suas famílias: as ações a serem desenvolvidas em suas propriedades familiares, os resultados deste processo para serem discutidos com a família, e uma pesquisa sobre a preferência (visão) de cada família das ações necessárias em cada

comunidade, também elaborada pelos jovens, através da metodologia de *entrevista semi-estruturada* (GEILFUS, 1997; VERDEJO, 2007).

Após esse período, já na alternância na CFR (tempo escola), os jovens retornaram os resultados de seus planos de estudo, que foram socializados novamente no grande grupo, através de outro instrumento da pedagogia da alternância, denominado de *Colocação em Comum* (BEGNAMI, 2006).

Durante este momento, os jovens conseguiram determinar ações mais práticas e eficientes a serem realizadas nas comunidades. Por exemplo, se durante o plano de estudo o grupo considerou a importância de se fazer uma palestra nas comunidades sobre *Bovinocultura de Leite*, neste momento da colocação em comum foi-se definido o que exatamente era necessário desenvolver neste tema, como por exemplo, *Manejo de Pastagens e Piqueteamento*, isso em função do tema geral ser um assunto abrangente e que necessitaria de mais de um dia de palestras.

Em geral, as ações determinadas durante o plano de estudo com os jovens foram coniventes com os resultados das pesquisas realizadas com as famílias. Dessa forma, foram determinados como temas principais para a ação dos jovens nas comunidades: *Horta e preparo de canteiros; Adubação orgânica e compostagem agrícola; Minhocário; Manejo de pastagens e piqueteamento; Uso da uréia natural; Uso de caldas agroecológicas; Fitoterapia e Homeopatia animal.*

3.2 DIAGNÓSTICO DE AÇÃO NAS COMUNIDADES

A reunião inicial de cada comunidade, cujo tema central foi *Produção e Comercialização na Agricultura Familiar*, foi planejada para a execução do diagnóstico das comunidades, desenvolvido a fim de direcionar a comunidade a refletir sobre sua realidade no contexto da agricultura familiar, e sobre suas dificuldades de sobrevivência e comercialização.

Para tal, as reuniões foram iniciadas com a mística *Mesa das Riquezas da Agricultura Familiar* previamente preparada pelos jovens com a diversidade de produtos da agricultura familiar produzidos pela comunidade. Assim, tivemos comunidades nas quais a formação da mesa obteve mais de 50 produtos diferentes, e mesmo assim ainda houve comentários de que faltavam produtos para representá-la. A mesa foi utilizada também para a apresentação de todos os participantes, que se dispuseram em círculo ao seu redor. Um a um, os participantes escolheram um produto da mesa que, a seu critério, mais representava a agricultura familiar,

fazendo sua apresentação de nome, comunidade onde reside, o que produz em sua propriedade, e um breve comentário sobre o porquê de sua escolha e o significado deste produto para os agricultores e para o campo.

A mesa também foi utilizada para problematizar o tema da reunião, de forma que a equipe da CFR apresentou uma reflexão sobre a diversidade de produção da comunidade (visualização da mesa) questionando a respeito da desmotivação dos produtores e das dificuldades de comercialização frente a riqueza de produtos do campo.

A partir dessa reflexão os produtores apresentaram inúmeros aspectos que consideram importantes com relação à produção e à agricultura familiar, tais como: falta de incentivo, dificuldades de acesso (estradas rurais), deficiência na assistência técnica adequada à tecnologia da pequena propriedade, custo de produção elevado, dificuldades de implementação de tecnologias adequadas a cada realidade, dificuldades de produção além da quantidade para subsistência, dificuldades de transporte de produtos, falta de espaços para comercialização dos produtos, dificuldades de planejamento de produção e de organização de produtores, desvalorização dos produtos da agricultura familiar e, conseqüentemente, valores muito baixos para comercialização. Este debate originou o diagnóstico da realidade de cada comunidade. Entretanto, salvo um ou outro aspecto, os resultados obtidos foram praticamente os mesmos em todas as comunidades trabalhadas.

Para iniciar a problematização a respeito da importância de uma comunidade organizada e comprometida, foi utilizada a apresentação de uma história a respeito da produção em uma horta comunitária fictícia. A história foi desenhada em quadrinhos pelos jovens da CFR, em um tamanho possível de ser apresentado como álbum seriado durante as reuniões. A história, resumidamente, apresentava a organização de uma comunidade para produzir hortaliças orgânicas, que no início apresentou sucesso, sendo a produção comercializada na feira municipal, direto ao consumidor e com um preço justo ao produtor. Entretanto, com o passar do tempo, problemas foram surgindo, tais como desânimo de alguns produtores, as propriedades vizinhas à horta utilizavam insumos agroquímicos, ocorreu a contaminação da água de irrigação da horta, dentre outros. Algumas famílias e jovens filhos de produtores, desmotivados com essa realidade, abandonaram o campo em busca do sonho de uma vida melhor na cidade. Assim, um projeto de produção organizada teve seu fim. A partir desta história, desenvolveu-se uma nova

reflexão com os produtores questionando o quê faltou para que este projeto continuasse tendo sucesso?

Algumas reflexões levantadas pelos participantes foram: falta de união entre os produtores, preguiça, falta de comprometimento das famílias com o projeto, dificuldades na organização e no planejamento do processo produtivo, dentre outras. Importante ressaltar que os relatos foram registrados em livro ata específico para as atividades do projeto.

A equipe da CFR prosseguiu com a utilização da mesma metodologia, mas com apresentação de uma nova história, sobre um produtor que participou do grupo anterior, ou seja, da Horta Comunitária, e percebendo que havia um mercado para produtos orgânicos (a feira municipal), decidiu produzir as mesmas hortaliças que antes eram produzidas em conjunto num espaço comunitário, na sua própria propriedade, juntamente com sua família. Entretanto, sua área de produção era pequena, mesmo tendo ele o objetivo de aumentar a produção, não conseguiu em função de dificuldades técnicas, tais como mão-de-obra e irrigação. Sua produção em pequena quantidade foi insuficiente para suprir a necessidade do mercado, impossibilitando ao produtor a aquisição de um preço justo pela sua produção, necessitando assim adequar-se ao preço do mercado local.

A partir dessa história buscou-se a reflexão sobre a importância da organização da produção e da comunidade estar comprometida com essa organização. Após os comentários fez-se o questionamento aos produtores se em sua comunidade seria possível haver um grupo organizado e comprometido. Também, foi direcionada a reunião para o diagnóstico de quais são os produtos potenciais em cada comunidade possíveis de serem comercializados. A grande maioria das comunidades apresentou como produções potenciais: o leite, hortaliças, plantas medicinais e o mel.

Neste momento, os jovens da CFR, responsáveis pela comunidade realizaram a explanação sobre aspectos técnicos na produção, e sobre a possibilidade de obtenção de uma produção de qualidade e com aproveitamento de recursos da propriedade, ou seja, a utilização de técnicas agroecológicas de produção. Os jovens se apresentaram como profissionais técnicos capazes de oferecer esse suporte para que os produtores conseguissem produzir de forma agroecológica. Também, os jovens demonstraram de forma prática como produzir o fertilizante uréia natural a partir da urina de vaca, comentando sobre as forma de

utilização, o armazenamento e quais suas aplicabilidades na produção de hortaliças e na pastagem.

O encerramento da reunião foi definido com um acordo entre a CFR, os jovens e os produtores, de que cada comunidade determinaria na próxima reunião da associação, quais atividades e práticas teriam interesse de serem realizadas, de acordo com suas especificidades e necessidades, repassado-as a equipe da CFR como prioridades de ação para 2010. Esta metodologia baseou-se no comprometimento das comunidades com o projeto, com objetivo de permanecer o trabalho com as comunidades realmente comprometidas, ou seja, as que realizariam o retorno de suas prioridades à equipe da CFR.

3.3 AÇÃO PRÁTICA NAS COMUNIDADES

No início de 2010, aguardou-se o retorno das comunidades, sendo que algumas abandonaram o projeto, não apresentando suas prioridades. Esse aspecto é talvez o maior problema enfrentado na atuação com a Extensão Rural. Como explicitado por GALJART (1971 e 1973) e citado por diversos autores como Molina Filho (1989), e Chinelatto Neto e Gomes (2001), não basta, porém, que o agricultor conheça a inovação e que disponha de condições favoráveis para que ele a adote. Ele precisa querer adotar, isto é, ele precisa estar disposto a superar todos os incômodos físicos e psicológicos que a mudança pode acarretar.

Aliado a essa percepção, ainda temos o descrédito que o sistema convencional de produção apregoou a respeito do conceito e das práticas agroecológicas, em função do massivo marketing realizado a respeito do pacote tecnológico da Revolução Verde como solução primordial ao agronegócio, difundindo a idéia de que práticas e insumos onerosos e adquiridos externos à propriedade, são melhores e mais eficientes. Como bem apresentado por GUIVANT (1997, p.412):

A marginalização e a erosão dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente nos países menos desenvolvidos, têm sido identificados entre as várias conseqüências negativas ocasionadas pela difusão internacional no período pós-guerra das práticas e técnicas agrícolas modernas.

Este representa um paradigma a ser modificado. Os agricultores foram acostumados durante décadas de extensão rural direcionada ao desenvolvimento da

agricultura moderna, a partir da Revolução Verde, a priorizar os resultados econômicos em detrimento à sustentabilidade dos sistemas agrícolas e dos recursos naturais, através da simplificação dos sistemas de produção em monoculturas e a elevada dependência de insumos externos (ALVES e GUIVANT, 2010). A vinculação de créditos agrícolas a aquisição do pacote tecnológico de insumos e maquinários possibilitou uma disseminação entre os agricultores da valorização de insumos externos que precisam ser adquiridos, determinando a erosão dos recursos e da riqueza genética local. Há uma resistência pelos agricultores quando as melhorias de produção podem ser subsidiadas através de simples adequações no manejo e nas práticas agropecuárias, e/ou na utilização de recursos provenientes da propriedade, os quais o produtor não precisa adquirir. A esse processo que a extensão rural proporcionou de inversão de valores da agricultura camponesa, Paulo Freire (1983), em seu livro *Extensão ou Comunicação*, p.32, afirma que “é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida”, através do sufocamento de seus valores, cultura, ideais, tradições e práticas de produção agroecológicas.

Em contrapartida, novas comunidades que não haviam sido trabalhadas em 2009, obtiveram conhecimento a respeito do trabalho que estava sendo desenvolvido pela CFR, e procuraram a equipe a fim de serem incluídas no projeto em 2010. Assim, houve a substituição, totalizando em 2010, atividades em oito comunidades e duas escolas.

As primeiras práticas foram iniciadas a partir de reuniões da Pastoral da Criança e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria do Oeste, com objetivo de se discutir a qualidade de alimentação das crianças e da família. Após a reunião, os jovens realizaram práticas agroecológicas na horta, pertinentes ao tema.

Uma estratégia utilizada para sensibilizar os produtores com relação a qualidade da alimentação foi a realização da *lista de compras*. Os produtores fizeram uma lista de tudo o que adquiriam mensalmente no mercado. Essa lista foi relacionada com uma pesquisa de preço realizada poucos dias antes da reunião, e assim, calculado o valor médio mensal que era gasto por família com aquisição de produtos. A seguir, os produtores foram questionados a respeito de quais produtos da lista poderiam ser substituídos por produtos produzidos na própria propriedade rural, e feito os custos mensais. Em algumas comunidades, a redução de gastos mensais, com a substituição por produtos da agricultura familiar, chegou entre 50% a 60%. É interessante destacar que alguns produtos apareceram na lista de compra

dos produtores, tais como macarrão instantâneo, extrato de tomate, caldos de carne e galinha em tabletes, refrigerantes de cola, dentre outros, que apresentam elevadas taxas de aditivos, como corantes e conservantes, e que são produtos dispensáveis na agricultura familiar, uma vez que podem ser substituídos por outros mais saudáveis e obtidos na propriedade, como por exemplo, no caso do produtor ter uma pequena produção de tomate para seu consumo, a galinha caipira, ou até mesmo produzir seu próprio macarrão caseiro. Essa experiência reflete muito bem a preocupação atual do Ministério da Saúde (BRASIL/MS, 2009; BRASIL/MS, 2010) com relação à qualidade de alimentação da população brasileira, indicando que as facilidades de preparo dos produtos industrializados conquistaram até mesmo aqueles que tem condições de desfrutarem de uma alimentação saudável e diversificada, como é o caso dos agricultores familiares.

O uso de agrotóxicos pelos produtores também foi outra questão debatida durante as reuniões, bem como, suas implicações ambientais e para a saúde humana. A qualidade de vida dos agricultores familiares, envolvendo desde a manutenção e preservação ambiental, meio de produção agropecuária, comercialização e valorização dos produtos da agricultura familiar, foram problematizados a cada encontro, com objetivo de, aos poucos, possibilitar um diálogo em torno das dimensões da sustentabilidade (XAVIER e DOLORES, 2001; COSTABEBER e CAPORAL, 2002; CAPORAL, COSTABEBER e PAULUS, 2006), e possibilitar a reflexão das comunidades sobre sua realidade e a valorização das riquezas camponesas.

A sensibilização acerca do uso indiscriminado de agrotóxicos, dos problemas ambientais e de saúde humana conseqüentes, foi desenvolvida a partir da apresentação dos dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), referentes a 2009⁵, sobre o consumo de agrotóxicos no Brasil e a polêmica em relação ao uso dos transgênicos (SILVA, 2010).

Com esta sensibilização, as primeiras práticas optadas pelos agricultores referiram-se à horta orgânica, compostagem e minhocário, de forma que os jovens realizaram os procedimentos corretos para levantar canteiros, adubação orgânica, semeadura, consorciação, irrigação, caldas e preparados agroecológicos para o controle de pragas e doenças de plantas, bem como a produção de adubos através da compostagem agrícola e minhocultura.

⁵ Tendo como base a palestra da Dr. Letícia Silva, representante da ANVISA na 9ª Jornada de Agroecologia, que ocorreu em maio de 2010, no Município de Francisco Beltrão-PR.

Durante a execução do projeto também foi realizado o diagnóstico das produções agropecuárias possíveis de serem comercializadas nos programas do Governo Federal, tais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dos quais fazem parte as modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar e Merenda Escolar.

Também, foi enfatizado os manejos agroecológicos de prevenção e controle de doenças através da homeopatia e fitoterapia animal, bem como realizadas práticas e cálculos de piqueteamento de pastagens, buscando-se apresentar a importância deste procedimento para a manutenção da qualidade da pastagem utilizada. Outro aspecto abordado foi a importância da disponibilização de água nos piquetes, tanto para a qualidade da produção de leite, quanto para a conservação das Áreas de Preservação Permanente da propriedade.

Reflexões a cerca da organização das propriedades rurais, destino correto do lixo, reciclagem e saneamento básico também foram realizadas, inclusive com o desenvolvimento de mutirões nas comunidades para esses fins.

Nas escolas, além dos mutirões, foram desenvolvidos trabalhos com recicláveis e teatro motivando a educação ambiental dos educandos e sua percepção em relação ao cuidado com o meio ambiente.

4 CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento deste projeto, realizado no intuito de efetivar o retorno dos conhecimentos adquiridos pelos jovens às comunidades rurais, subsidiar condições para melhorias em prol do desenvolvimento rural sustentável da região de atuação da CFR, e proporcionar a formação integral dos jovens, obteve importantes resultados de sucesso.

Observando o aspecto da formação integral, os jovens participantes do projeto apresentaram excelente desempenho nas atividades desenvolvidas, se apropriando do perfil profissional técnico, rompendo as dificuldades de apresentação em público, e, como apresentado por Paulo Freire (1983, p.7):

[...] no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o apreendido-apreendido a situações existenciais concretas.

Esta evolução dos jovens também pode ser observada principalmente em dois momentos distintos e posteriores às atividades desenvolvidas nas comunidades: o primeiro, através das explanações técnicas desses jovens durante o evento desenvolvido pela CFR denominado *1º Dia da Agricultura Familiar*⁶, que consistiu na exposição de várias oficinas práticas e técnicas a respeito de temas pertinentes à atividade agropecuária.

Este evento contou com um público diversificado de mais de 300 pessoas, com a visitação aberta a todas as comunidades de produtores da região de abrangência da CFR, escolas estaduais e municipais, entidades parceiras de nosso trabalho, prefeituras municipais, escritórios regionais da Emater, e a comunidade em geral.

A desenvoltura dos jovens e o conteúdo técnico apresentado nas explanações foram elogiados por diversos participantes, inclusive por representantes das Prefeituras Municipais e Escritórios Regionais da Emater.

O segundo momento ocorreu durante as apresentações dos Projetos Profissionais de Vida dos Jovens (BEGNAMI, 2006) realizada durante os dias 01 e 02 de dezembro de 2010, no qual os jovens defenderam os projetos técnicos que foram desenvolvidos para as propriedades de suas famílias, perante uma banca avaliadora formada por profissionais técnicos convidados da região. No referido ano, destaca-se a defesa de projetos considerados tecnicamente perfeitos. Este aspecto está diretamente relacionado com o desenvolvimento do jovem em sua propriedade familiar, e com a maior participação da família, sendo fundamental durante este processo de formação (BATISTELA, 1997; GNOATTO, 2006). Além disso, quando o jovem se sente motivado a atuar na sua realidade, o desenvolvimento de sua propriedade se torna um resultado conseqüente do processo de formação.

Em relação ao desenvolvimento do trabalho nas comunidades, inúmeras foram as dificuldades percebidas. Como principais podemos citar a dificuldade de aceitação dos jovens nas comunidades por conta de sua idade (jovens entre 16 e 17 anos), a resistência dos produtores a mudanças e inovações (GALJART, 1971 e 1973; MOLINA FILHO, 1989; e CHINELATTO NETO E GOMES, 2001); e o

⁶ Evento realizado na sede da Casa Familiar Rural de Santa Maria do Oeste, no dia 25 de novembro de 2010, no qual foram apresentadas oficinas referentes a: práticas agroecológicas de controle de pragas e doenças na horta e em culturas agrícolas, horta orgânica, feijão orgânico, compostagem agrícola, vermicompostagem, Pastejo Racional Voisin (PRV), cálculos para pastejo rotacionado, fitoterapia e homeopatia animal, transgênicos, sementes crioulas, piqueteamento para galinhas caipiras, criação de abelhas e produção de mel, manejos para controle de erosão dos solos, e apresentação da peça de teatro: *Agrotóxicos, meio ambiente e qualidade de vida*.

descrédito dos produtores em relação às práticas agroecológicas em função do massivo marketing sobre o pacote tecnológico da Revolução Verde (GUIVANT, 1997, p.412; e ALVES e GUIVANT, 2010).

Outra questão também refere-se as dificuldades para se obter informações a respeito das práticas agroecológicas locais e/ou aliar a geração de conhecimentos, pesquisa e de tecnologias às reais necessidades da realidade vivenciada pelos produtores. Isso realmente é evidenciado pela CFR, pois a equipe profissional e os recursos materiais necessitam subsidiar primeiramente o compromisso com o processo educativo e de extensão rural nas famílias dos jovens, restando uma sobrecarga de trabalho para a equipe e poucos recursos para a realização de pesquisas científicas para a obtenção de resultados e informações importantes a serem repassados aos produtores, mas que representam a base de um trabalho de extensão rural de qualidade. Assim, o desenvolvimento de um processo de geração de conhecimento científico baseado na realidade dos agricultores e na difusão desse conhecimento para adoção prática através da extensão rural, necessitam de um compromisso e de parcerias entre entidades afins, tais como as Universidades e Institutos de Pesquisa, com objetivo de unir potenciais em prol de um projeto maior de desenvolvimento sustentável.

Com o desenvolvimento de práticas periódicas nas comunidades, a resistência dos produtores em relação a aceitação dos jovens, aos poucos é rompida. As comunidades onde as práticas realmente foram aproveitadas e aplicadas pelos produtores, a comunidade aguardava com ansiedade a data para a próxima prática. É através deste convívio permanente que o jovem vai ganhando confiança em si mesmo, no seu trabalho, e a confiança de sua família e comunidade.

Entretanto, a escola sozinha não possui condições físicas, materiais, de funcionamento, de pesquisa, dentre outros aspectos, para desenvolver um trabalho na amplitude que a realidade social exige, mesmo quando sendo desenvolvido através de uma pedagogia humanizadora como representa a Educação do Campo.

A Educação do Campo que pode ser observada durante este período, através da maior interação com a comunidade, obtida com a execução deste projeto, vai muito além da prática de fundamentos e instrumentos da pedagogia da alternância. Embora os instrumentos pedagógicos representem a formação e a capacitação técnica e de cidadania das famílias e dos jovens, este é um processo base para uma formação contínua sobre a sustentabilidade da atividade agropecuária, e de

propostas para mudanças sociais efetivas neste sentido, inclusive através de políticas públicas.

O final deste projeto é determinado pelas limitações da escola do campo, pois em relação às necessidades reais destas comunidades, não existe fim. A abrangência de atuação deste projeto representa perspectivas pedagógicas, técnicas, sociais, humanas, ou seja, aspectos relacionados com a integralidade do sujeito, pessoal e em sociedade.

Sob esta ótica, a Educação do Campo precisa ser abraçada como uma Política Pública por si só, integradora de ações governamentais intersetoriais, e não apenas na perspectiva educacional. A Educação do Campo trata de aspectos relacionados com a sobrevivência das sociedades tradicionais e a dependência que as sociedades urbanas, embora algumas ainda nem percebam esta relação, possuem destas sociedades do campo, na questão da sustentabilidade e da preservação dos já escassos recursos naturais, para a garantia da qualidade de vida nesta geração, e nas gerações futuras.

As perspectivas que poderiam ser projetadas para a continuação deste projeto poderiam ser: a conversão da matriz do agronegócio, inviável à agricultura familiar, para uma matriz agroecológica de produção aliada à posterior certificação dos produtores; o debate com o público consumidor sobre a qualidade da alimentação e a valorização do produto agroecológico, e conseqüentemente, a valorização do produtor familiar agroecológico e o estabelecimento de um mercado justo e solidário (IPEA, 2004; BRASIL/MTE, 2008; BRASIL/MTE/IPEA, 2010).

O gerenciamento e organização das produções dessas comunidades possibilitaria o desenvolvimento de Centrais de Distribuição da Produção da Agricultura Familiar, fortalecendo o cooperativismo, aspecto determinante para a valorização e comercialização dos produtos em um mercado local, e não mais alimentando o mercado e a economia de regiões distantes, que em nada contribuem para a geração de emprego e renda nos municípios de nossa região.

A região de abrangência do projeto é representada por municípios com baixos índices IDH-M (PNUD, 2000). Questiono: o que falta para que esses municípios se desenvolvam, considerando que apresentam uma população representativa da agricultura familiar, e alguns até mesmo de outras comunidades do campo?

A Educação do Campo, na ótica de uma nova perspectiva educacional, não atingirá a abrangência de soluções necessárias para a questão do campo, e para a atual conjuntura da agricultura familiar. Entretanto, ela pode ser compreendida como

um processo de construção do novo paradigma social a respeito da importância da sustentabilidade, da qualidade ambiental, alimentar e de saúde da população brasileira, e da importância da agricultura familiar neste contexto.

Programas governamentais tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são importantes desencadeadores da comercialização da agricultura familiar, entretanto não abrangem a totalidade de famílias agricultoras. De acordo com o Censo Agropecuário 2006, existem no Brasil 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar (BRASIL/MDA/IBGE, 2009), enquanto que o número de participantes no PAA em 2009 foram de 98.340 (BRASIL/MAPA/CONAB, 2009), e no PAA em 2010, 94.398 famílias beneficiadas, sendo destas 89.996 agricultores familiares (BRASIL/MAPA/CONAB, 2010).

É necessário um trabalho direcionado, mas ao mesmo tempo ousado, que abranja desde o debate a respeito da importância da agricultura familiar, passando pela formação integral e humanizadora dos sujeitos, prosseguindo com aspectos técnicos de assistência e organização da produção, e finalizando na valorização, não apenas do produto, mas da família camponesa, proporcionando qualidade de vida com dignidade.

Dessa forma, refletindo na afirmação de AULER e DELIZOICOV (2006, p.7) de que “o desenvolvimento científico-tecnológico não pode ser considerado um processo neutro que deixa intactas as estruturas sociais sobre as quais atua”, e ainda, citando ANGOTTI, BASTOS e MION (2001, p.8):

[...] conscientizar também é educar para a construção da cidadania. Isso também implica fornecer aos educandos a oportunidade de adquirir uma base sólida de conhecimentos que lhes propiciem conhecer a realidade em que vivem, propiciar a vivência de relações sociais mais democráticas, que antecipam uma ordem social mais coletiva, participativa, igualitária, a partir de uma ação individual e coletiva. Compreendemos que não são os discursos que formam a consciência política, mas a prática, ao dar sentido concreto a esses discursos. Por meio do diálogo com os educandos, buscamos indícios de que em nossa ação educacional vivíamos um processo de conscientização e, portanto de construção da cidadania.

A partir desta exposição concluo que políticas públicas surgem quando há uma eminente necessidade social, integralizada, e de certa forma, já reivindicada socialmente por meio de grupos organizados, mesmo que inicialmente de forma pontual. Com atuações individuais alcançamos resultados individuais e limitados de acordo com nosso suporte, mas, quando fortalecemos grupos e entidades afins a partir de experiências similares, unindo ações sinérgicas na obtenção de objetivos

estratégicos comuns, nosso limite é representado pelas metas que impomos a nós mesmos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson Francelino; GUIVANT, Julia Silvia. Redes e interconexões: desafios para a construção da agricultura sustentável. **Rev. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.7, n.1, p.01-27, jan./jul., 2010.

ANGOTTI, José André Perez; BASTOS, Fábio da Purificação de; MION, Rejane Aurora. Educação em física: discutindo ciência, tecnologia e sociedade. **Ciência & Educação**, v.7, n.2, p.183-197, 2001.

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Ciência-Tecnologia-Sociedade: relações estabelecidas por professores de ciências. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v.5, n.2, 2006.

BARCELLOS, Milena. **Identificação de prioridades e estratégias de ação direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável do Território Paraná Centro**. Monografia, Universidade Gama Filho, 2010.

BATISTELA, Airton Carlos. **Filosofia e posicionamento para a educação no meio rural: Pedagogia da Alternância**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre – RS, 1997.

BEGNAMI, João Batista. **Formação pedagógica das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias**. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

BEGNAMI, João Batista. Pedagogia da alternância como sistema educativo. Brasília: UNEFAB. **Revista de Formação por Alternância**, v1, n2, julho de 2006, p.24-47.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Histórico do PAA: Ações da CONAB em 2009**. Em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/bfce0ba335863effe2482532a820c32c..pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Histórico do PAA: Ações da CONAB em 2010**. Em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_04_05_16_19_56_sumario_executivo_2010..pdf. Acesso em: 03 de maio de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Ano de publicação: 2009. Em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento** (Relatório Final). Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/conferencia_nacional_saude.pdf.
Acessado em: 27 de fevereiro de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS E ESTRATÉGICAS. I **Conferência Internacional de Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Setor de Saúde: rumo ao alcance das metas de 2015** (Relatório Final). Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/conferencia_internacional_desenvolvimento_objetivo.pdf. Acessado em: 27 de fevereiro de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Portal do Trabalho e Emprego: **Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**, 2008. Em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao_sistema.asp. Acesso em: 03 de maio de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. N.42**, Fevereiro de 2010. Em: http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt42/mt42_completo.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2011.

BRASIL. **PORTAL DA CIDADANIA**, 2010. Em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>. Acesso em: 02 de maio de 2011.

BRASIL/PRONAT/ARCAFAR SUL. **Educação do campo pela pedagogia da alternância: Casa Familiar Rural**, p.54, 2010. Documento interno.

BURGHGRAVE, Thierry de. A Participação Social: seus conceitos e a necessidade de uma pedagogia. Brasília: UNEFAB. **Revista de Formação por Alternância**, v2, n3, dezembro de 2006, p.16-33.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervasio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, Distrito Federal, Abril de 2006. 26p. Em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-Itima%20Verso1.pdf>

CHINELLATO NETO, Armando; GOMES, Adriano Provezano. A dinâmica da modernização agrícola no Brasil e no Estado de Minas Gerais: 1985 – 1995. V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes. Minas Gerais: Ouro Preto, 2001. **Anais: Movimentos Sociais, Política e Cidadania**, MPC01-05. Em: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0105.htm>. Acesso em: 02 de maio de 2011.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. I **Congresso Internacional sobre agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. UFSM: Santa Maria, RS, 2002. Texto base. Em: http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/BIBLIOTECA/Desenvolvimento/Possibilidades_e_Alternativas_do_Desenvolvimento_Rural_Sustentavel.pdf.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983. 93p.

GALJART, B.F. Rural development and sociological concepts: a critique. **Rural Sociology**, v.36, n.1, p.31-41, 1971.

GALJART, B.F. Difusão cultural, modernização e subdesenvolvimento. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O., eds. **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1973. p.70-80.

GEILFUS, Frans. **80 Herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San Salvador, El Salvador: Prochamate-IICA, 1997, 208 p.

GNOATTO, Almir Antonio. Pedagogia da alternância: uma proposta de educação e desenvolvimento no campo. Brasília: UNEFAB. **Revista de Formação por Alternância**, v1, n2, julho de 2006, p.67-90.

GUIVANT, Julia Silvia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v14, n3, p.411-446, 1997. Em:

IAPAR. **Pobreza urbana e rural nos municípios paranaenses: situação segundo os Municípios e Associações de Municípios do Paraná, ano 2000**. Londrina: IAPAR, 2003. (Relatório preliminar). Em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1034>. Acesso em: 07 de setembro de 2009.

IPEA. A Economia Solidária no Governo Federal. **Mercado de Trabalho**, N.24, Ago., 2004. Em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2011.

MANFIO, Antonio João. O desenvolvimento local na perspectiva dos Centros Familiares de Formação em Alternância – CEFFAs. Brasília: UNEFAB. **Revista de Formação por Alternância**, v1, n2, julho de 2006, p.48-66.

MOLINA FILHO, José. Difusão de inovações: críticas e alternativas ao modelo dominante. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, 6(1):101-115, jan./abr. 1989. Em: http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v06/cc06n1_04.pdf. Acesso em: 03 de maio de 2011.

PARANÁ. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Plano Plurianual 2008 a 2011**. Curitiba: SEPL-PR e Coordenação Geral do Estado do Paraná, 2007. Em: http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/ppa_2008_2011.pdf. Acesso em: 07 de setembro de 2009.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2000**. Brasília: PNUD, 2000. Em: <http://www.undp.org.br/HDR/HDR2000/rdh2000/default.asp>. Acesso em: 07 de setembro de 2009.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A construção das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil: Ensino Médio e Educação Profissional**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2004.

SILVA, LOURDES HELENA DA. Modalidades, Representações e Práticas de Alternância na Formação de Jovens Agricultores. Brasília: UNEFAB. **Revista de Formação por Alternância**, v1, n2, julho de 2006, p.5-23.

SILVA, Letícia. **Os agrotóxicos e a contaminação**. Palestra apresentada durante a 9ª Jornada da Agroecologia baseada nos dados da ANVISA (2009). Francisco Beltrão, 2010. (Anotações pessoais).

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2007. 62p.

XAVIER, Simon Fernández; DOLORES, Dominguez Garcia. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecol. E Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun., 2001.

ZAMBERLAN, Sérgio. Desafio da participação das famílias na associação CEFFA. Brasília: UNEFAB. **Revista de Formação por Alternância**, v2, n3, dezembro de 2006, p.34-52.